



Revista Organizações & Sociedade  
2021, 28(96), 35-56

© Autores 2021

DOI 10.1590/1984-92302021v28n9602EN

ISSN 1984-9230

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Recebido: 17/12/2018

Aceito: 07/02/2020

# Etnografando Arquivos Históricos: Caminhos Possíveis para Pesquisas em Estudos Organizacionais

Luma Louise Sousa Lopes<sup>a</sup>

Ana Silvia Rocha Ipiranga<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil

## Resumo

Nosso objetivo neste artigo é discutir as contribuições da etnografia de arquivos enquanto método nas pesquisas históricas em administração. Para tanto, sinalizamos que, embora as pesquisas históricas já ocupem um lugar relevante no contexto de estudo da administração, ainda resiste um dilema relativo à questão sobre as possibilidades de como acessar o passado e conduzir pesquisas dessa natureza. Diante deste quadro, a etnografia associada aos arquivos históricos emerge como uma fonte legítima, carregada de vozes e silêncios a serem desvendados nos processos da reflexão sobre o tempo no contexto das organizações. Assim, discutimos as características e possibilidades do método de uma etnografia de arquivos, considerando seu caráter multissituado no cenário proposto de pesquisa. Esperamos, com este debate, fomentar a discussão a respeito da imersão etnográfica nos arquivos históricos e como este método pode contribuir para as diversas áreas da pesquisa em administração e, mais especificamente, nos Estudos Organizacionais.

**Palavras-chave:** etnografia de arquivos; pesquisa histórica; estudos organizacionais.

## Introdução

A relevância da história para a pesquisa em administração já é um fenômeno reconhecido, especialmente nos estudos organizacionais. Nesse sentido, as pesquisas de cunho histórico têm percorrido uma profusão de caminhos e, ao mesmo tempo, se deparado com uma série de desafios e questionamentos à sua consecução (Rowlinson, Hassard, & Decker, 2014). Entre tais desafios

temos, além da constituição de uma pesquisa histórica polifônica, com a interlocução das diversas vozes que constituem o passado (Mills, Suddaby, Foster, & Durepos, 2016), o dilema metodológico de como acessar essas vozes, abarcando as pluralidades de discursos e silêncios construídos ao longo da reflexão sobre o passado, bem como as maneiras de compreendê-lo e narrá-lo (Decker, 2014; Rowlinson et al., 2014). Nesse sentido, muito tem sido discutido a respeito de que história temos construído a partir de fontes como os arquivos. Considerando que os arquivos são um ponto inerente às pesquisas históricas, explorar diferentes práticas de acessá-los e compreendê-los figura como uma possibilidade de alcançar e desvelar diversos acontecimentos e fenômenos (Decker, 2014).

Arquivos são considerados uma construção social que englobam aspectos da vida cotidiana, refletem conhecimento, legitimam atos ou atores e colaboram para a constituição da memória coletiva moderna (Carter, 2006; Decker, 2013, 2014; Featherstone, 2006; Mills & Mills, 2011; Schwartz & Cook, 2002; Stoler, 2002, 2010). Estes materiais são carregados de vozes e silêncios que revelam processos polissêmicos e dão conta de diferentes conotações a respeito de diversos acontecimentos, sendo ou não representativos do grupo a que se referem (Carter, 2006; Decker, 2013). Esses processos geram uma tessitura na formação de uma arena de poderes que se estabelece desde a constituição do material arquivado (ou silenciado), até as narrativas construídas às quais eles podem remeter (Carter, 2006; Cook, 2012).

Os arquivos ocupam lugar de metáfora que reflete um conjunto de possibilidades de sentidos preservados, além de favorecerem a interpretação de diversos significados, nos remetendo ao como era “estar lá” (Decker, 2014; Foucault, 2008). Contudo, estudos que se baseiam nas pesquisas em arquivos históricos ainda são esporádicos (McKinlay, 2002, 2013; Schwarzkopf, 2012; Rowlinson et al., 2014). Dessa forma, os arquivos históricos, enquanto fonte para pesquisa organizacional, ainda são subutilizados e considerados uma evidência pouco explicada, tanto pelo desinteresse na construção e preservação dos mesmos, como pelos desafios metodológicos envolvidos no seu tratamento (Decker, 2014; Rowlinson et al., 2014).

No intuito de discutir sobre as possíveis estratégias para lidar com os arquivos no contexto das pesquisas históricas em administração, trabalhos como os de Rowlinson et al. (2014) e Decker (2014) sugerem estratégias metodológicas para o estudo histórico das organizações considerando especificamente os arquivos. De modo particular, Decker (2014), em sua pesquisa intitulada *Solid intentions: an archival ethnography of corporate architecture and organizational remembering*, apresentou a etnografia de arquivos enquanto possibilidade metodológica para a pesquisa histórica em administração. Oriunda da antropologia e alicerçada sobre a noção de etnografia multissituada (Marcus, 1995), a etnografia de arquivos trata de um processo de imersão nos materiais históricos arquivados em instituições públicas e privadas com o objetivo de elucidar determinado acontecimento ancorado no passado. Nesse sentido, a etnografia de arquivos se revela como um fazer metodológico com uma trajetória inesperada, capaz de cruzar múltiplos lugares e tempos simultâneos onde ocorrem os acontecimentos e, assim, desfaz a distinção entre sujeito e mundo (Czarniawska, 2004, 2014; Decker, 2014; Hamilakis, 2011; Marcus, 1995, 2011).

No Brasil, pesquisas de áreas como antropologia (Cunha, 2004, 2005), comunicação (Costa, 2010, 2011) e ciências sociais (Vieira, 2013) já utilizam a etnografia de arquivos como um caminho legítimo de investigação. Em administração, Barros (2016), Barros, Carneiro e Wanderley (2019), Carneiro e Barros (2017), Coraiola (2012, 2013) e Wanderley, Barros, Costa e Carrieri (2016)

acenam para a relevância dos arquivos e questões como interpretação, preservação e acesso aos mesmos. Contudo, no Brasil, e especificamente nos estudos organizacionais, a estratégia de etnografia de arquivos (Decker, 2013) ainda não foi explorada como uma possibilidade de caminho metodológico.

Nesse sentido, nosso objetivo neste artigo é discutir as contribuições da etnografia de arquivos enquanto método nas pesquisas históricas em administração. Dessa forma, esperamos fomentar o debate acerca dessa nova possibilidade de tratamento metodológico dos arquivos no contexto da administração, a priori, e, conseqüentemente, abrir pistas para fomentar a reflexão sobre o tempo nas pesquisas sobre organizações, considerando o potencial da estratégia de etnografia de arquivos.

Inicialmente, estruturamos este artigo resgatando os principais aspectos da pesquisa histórica em administração e o dilema metodológico que paira sobre a reflexão do tempo. Em seguida, apresentamos a ideia de arquivo, debatendo as novas perspectivas para a sua compreensão e manuseio. No tópico seguinte, adentramos na etnografia multissituada como uma das bases da etnografia de arquivos, aprofundando as características desse método e suas contribuições para os estudos organizacionais.

## **Pesquisa histórica em administração**

O apelo pela integração entre história e administração e, especialmente, os Estudos Organizacionais, se intensificou nos últimos 20 anos. Nesse sentido, Burrell (1997), Clegg (2006) e Zald (1993, 2002) já acenavam para a necessidade de aliar a perspectiva histórica aos estudos organizacionais. Antes destes, Barthes, Foucault, White e Rorty também sinalizaram em seus escritos a necessidade da discussão sobre o tempo e a História (Down, 2001).

Tal rogativa, entretanto, se consolidou a partir do movimento do *historic turn* (Clark & Rowlinson, 2004). Esta virada foi uma forma de reação ao caráter amplamente a-histórico que a administração ganhou durante seu desenvolvimento como uma ciência independente na metade do século XX, permanecendo distante das ligações possíveis com a História (Booth & Rowlinson, 2006; Kieser, 1994; Mills, Weatherbee, & Durepos, 2013; Üsdiken & Kieser, 2004; Zald, 1996).

A profusão de caminhos seguidos pela História aliada aos estudos organizacionais leva a uma diversidade de perspectivas pelas quais o passado é refletido (Mills et al., 2013; Weatherbee, Durepos, Mills, & Mills, 2012). Considerando que a história é formada tanto pelos eventos (os fatos em si), como pelas narrativas que construímos sobre estes eventos, aquilo que é contado tem a possibilidade de colonizar o passado (Down, 2001). Assim, não há um passado real, objetivo, mas uma construção social, o que sinaliza a história como uma prática social mutuamente constitutiva (Mills et al., 2013).

Voltar ao passado, seus contextos e processos, tornou-se, ao mesmo tempo, uma necessidade e um desafio (Clark & Rowlinson, 2004). Isso trouxe à luz uma série de lacunas como, por exemplo, o retorno ao debate historiográfico e teorias históricas de interpretação que reconheçam o caráter ambíguo do termo história em si, que pode se referir tanto à totalidade de ações humanas passadas, como às narrativas construídas (Rowlinson et al., 2014).

Diante das inúmeras possibilidades, desde o *historic turn*, há a presença de um debate epistemológico simbolizado por dualismos entre história e administração, além de questões como de acesso a materiais históricos e sua interpretação. A problemática de acesso, especialmente, tem sido um desafio para os pesquisadores da área. Tanto é que Booth e Rowlinson (2006), ao sugerirem uma agenda para debates, elencaram entre os tópicos a necessidade de se ampliar a compreensão sobre os métodos e estilos de escrita histórica, além do acesso a diferentes fontes e arquivos com uma preocupação com as novas formas de narrar as trajetórias históricas nas organizações. Esse debate, além de revigorar a aproximação entre história, historiografia e estudos organizacionais, também lança luzes à questão metodológica envolvida na pesquisa histórica. A partir dessa agenda, Booth e Rowlinson (2006) anseiam pela emergência de novas abordagens teóricas e metodológicas em decorrência dessas propostas. Nesse âmbito, propostas metodológicas lançadas por Rowlinson et al. (2014) e Decker (2014) reforçam a necessidade e premência dessa discussão.

Contemporaneamente, o progresso do *historic turn* tem sido maior do que inicialmente se imaginou (Rowlinson, 2013), apesar de, em certas áreas da administração, as pesquisas ainda não possuírem um engajamento com a história (Snirvas & Faria, 2015). No Brasil, o potencial e a necessidade da interseção entre história e administração já são reconhecidos por diversos trabalhos (e.g. Barros & Carrieri, 2015; Costa, 2014, 2015; Costa, Barros & Martins, 2010; Souza & Costa, 2013; Vizeu, 2007, 2010a, 2010b; Wanderley et al., 2016).

Além desses, outros trabalhos se valem da perspectiva histórica para discutir e remontar diversos acontecimentos e práticas no contexto da história de instituições de ensino (Alcadipani & Bertero, 2014; Barros, 2014, 2017; Barros, Alcadipani & Bertero, 2018; Barros & Carrieri, 2015; Fernandes, Bezerra & Ipiranga, 2015), o potencial da história para análise da carreira profissional (Closs & Rocha-de-Oliveira, 2015); a relação das empresas com a questão da ditadura brasileira na criação de espaços de memória (Costa, Silva & Monteiro, 2016; Trindade & Costa, 2017); museus (Costa, Mancebo, & Pessôa, 2016) e a interseção com os direitos humanos (Costa & Silva, 2018); como memória e história são apropriadas pelo discurso publicitário (Costa & Pessôa, 2016); a discussão sobre a abordagem da ANTi-History (Ipiranga, Chaym, & Sousa, 2016a; 2016b; Sá & Costa, 2018); o papel da história na construção da memória organizacional (Perdigão, Barros, Carrieri, & Miranda, 2015), e ao apresentar a associação com a construção de práticas no organizar da cidade (Lopes & Ipiranga, 2017).

Observamos que metodologias complexas associadas à etnografia, articuladas para capturar acontecimentos e práticas históricas que considerem os arquivos como protagonistas no processo de produção de conhecimento com base na reflexão sobre o tempo, são ainda escassas, no campo da administração e dos estudos organizacionais (Decker, 2013, 2014; McKinlay, 2002; Rowlinson et al., 2014; Schwarzkopf, 2012), sobretudo, em se tratando das pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro.

## Dos arquivos à etnografia de arquivos

Arquivos foram considerados por muito tempo como um mero repositório, neutro e despido de interesses, cultivado por grupos públicos ou privados (Carter, 2006; Schwartz & Cook, 2002; Stoler, 2002). As instituições responsáveis por cuidar dos materiais armazenados eram vistas como um depósito de papéis velhos, que representavam apenas o resultado estante de um trabalho

burocrático, ou registros passivos de fatos considerados neutros (Cook, 2012; McKinlay, 2013; Spieker, 2008). As pessoas encarregadas da guarda deste material, ou seja, os arquivistas, eram compelidos a adotar uma postura considerada profissional, que deveria ser neutra, imparcial e objetiva (Schwartz & Cook, 2002).

Até o fim dos anos 1990, os pesquisadores que utilizavam arquivos em suas investigações raramente se preocupavam com a forma ou o contexto dos materiais, mas apenas o seu conteúdo, onde se podia “facilmente fingir fetichismos do ofício do historiador, mas permanece a convicção compartilhada de que o acesso ao que é “classificado” e “confidencial” são as descobertas cobiçadas de trabalhos intelectuais sadios e astutos” (Stoler, 2002, p. 90).

Questionamentos sobre a escolha do que deveria ser arquivado, assim como a forma de armazenamento não faziam parte do repertório de indagações dos pesquisadores, embora, de forma indireta, existissem intencionalidades inevitavelmente envolvidas na constituição dos acervos (Cook, 2012; Stoler, 2002). Contudo, essa visão de base cartesiana sofreu transições a partir de um (re)surgimento do conceito e do papel dos arquivos (Schwartz & Cook, 2002; Stoler, 2002).

Uma ressignificação crítica dos arquivos, sua formação e compreensão foi colocada a mesa. Como resultado desse processo, os arquivos passaram então a serem considerados arenas de poder, capazes de dar voz ou silenciar acontecimentos ou grupos (Carter, 2006; Cook, 2012). Assim, aspectos como as dinâmicas de inclusão e exclusão de materiais dos arquivos, bem como o papel dos arquivos na constituição de memórias e histórias dos grupos, ganharam relevância. Esse movimento marcou a transição de uma perspectiva moderna, onde os arquivos são considerados objetos estáticos, para um ponto de vista pós modernista, onde são tomados como uma prática dinâmica da vida e agentes ativos na construção da memória (Certeau, 2011; Cook, 2012).

As mudanças na forma de compreender denotaram, agora, os arquivos como uma construção social acerca das concepções de tempo e de memória, onde, de forma mais evidente, informações sobre determinados eventos são preservadas em detrimento de outras que são silenciadas (Carneiro & Barros, 2017; Schwartz & Cook, 2002). Estabelece-se, então, o olhar para os arquivos como um processo epistemológico, e não como um objeto ou mera fonte de dados passiva mas, indo além, e compreendendo-os como uma metáfora resultante das tramas de poder estabelecidas (Stoler, 2010). Os arquivos passam, então, a figurar como sujeitos ativos no processo de decodificação, reflexão e compreensão do tempo (Spieker, 2008). Isto posto, temos os arquivos (instituições e documentos) como um lócus de inovação no que diz respeito a construção de novas problematizações do presente a partir daquilo que se tem sobre o passado (McKinlay, 2013).

Os arquivos conformam, ainda, uma dimensão crítica no tocante ao estabelecimento de quadros e modelos sociais, pois são capazes de denunciar a forma como as relações de poder estão estruturadas (Schwartz & Cook, 2002). Para tanto, um aspecto relevante a ser observado é o processo de escolha sobre o que guardar e a decisão sobre o que preservar, que ocorre em um framework socialmente construído e naturalizado, que determina a significância daquilo que se torna arquivo (Schwartz & Cook, 2002). Em outras palavras, os materiais armazenados são resultado de diversas práticas para além daquilo que efetivamente se deseja guardar (Cook, 2002; Stoler, 2010). Isso gera controvérsias, especialmente quando aquilo que é arquivado pode não ser uma descrição real daquilo que aconteceu, ou, pelo menos, não apenas isso (McKinlay, 2013).

Todo arquivo é uma prática humana, que pode refletir os humores, sentimentos e conjunturas vivenciados pelos grupos de atores, e que, de alguma forma, pode impactar no conteúdo e na forma do que é arquivado (Barros, 2016). Assim, durante o processo de arquivamento, podemos delinear uma forma de proteger uma narrativa ou realçar a posição de um ator, por exemplo, e com isso os arquivos assumem a conotação de uma arena de disputa, negociação, contestação e legitimação (Schwartz & Cook, 2002; Stoler, 2002, 2010). Evidencia-se, portanto, que os arquivos são capazes de refletir variados aspectos da vida cotidiana, por meio das diversas vozes as quais ele dá lugar, colaborando para a construção de uma memória coletiva (Decker, 2013; Featherstone, 2006; Mills & Mills, 2011; Schwartz & Cook, 2002; Stoler, 2002, 2010).

Entretanto, as presenças contidas nos arquivos implicam na existência do seu oposto: as ausências, silêncios e os desvios (Carter, 2006; Decker, 2013). Inevitavelmente, assim como os arquivos são carregados de vozes que nem sempre contam as diferentes nuances de como um determinado evento aconteceu ou mesmo se são plenamente representativos do grupo a que se referem, também são capazes de manifestar silêncios e desvios construídos ao longo do tempo e, geralmente, refletem motivos tão silenciados quanto estes próprios materiais (Carter, 2006; Decker, 2013, 2014). Assim, os arquivos podem revelar escolhas não feitas e opções potenciais que não foram realizadas, comunidades imaginadas, enfatizando não-eventos e a história no subjuntivo (Anderson, 1991; Stoler, 2010).

No entanto, traços e indícios do que é silenciado estão presentes no que é dito por meio dos arquivos. Assim, a voz do que é posto à margem pode ser ouvida se examinarmos os documentos que refletem, por exemplo, a interação entre o cidadão e o Estado, as pessoas e as organizações etc. (Carter, 2006). Essa dinâmica de presenças e ausências reforça a necessidade de compreensão dos arquivos como espaços de disputa de poder (Barros, 2016; Carter, 2006; Foucault, 2008; Schwartz & Cook, 2002).

Tais considerações refletem o papel e a relevância dos arquivos para a construção de pesquisas históricas. Contudo, dada a premência da reconstrução de documentos e formação de coleções de materiais, estudos que priorizem uma atitude de imersão nos arquivos ainda são esporádicos no âmbito da administração (McKinlay, 2002, 2013; Schwarzkopf, 2012). Isso faz dos arquivos, enquanto fonte para pesquisa histórica organizacional, subutilizados ou mesmo inexplicados, apontando assim para uma ampla lacuna para debates, discussões e desenvolvimento de estudos (Decker, 2014; Rowlinson et al., 2014).

Essa escassez se deve também a fatores como, por exemplo, o empenho na preservação de materiais históricos e os tratamentos metodológicos que podem ser aplicados aos arquivos. O frequente desinteresse das organizações em sua própria história torna o trabalho investigativo com arquivos desafiador, dada a (in)existência de material preservado, ou mesmo as dificuldades de acesso a estes materiais (Coraiola, 2012; Decker, 2014; Rowlinson et al., 2014). Quanto às reflexões sobre o tratamento metodológico dos arquivos, estas costumam ser escassas, pois ainda há uma tendência de apego à discussão sobre acesso ou como os materiais foram coletados, subjugando seu conteúdo (Decker, 2013, 2014; Rowlinson et al., 2014). Nesse sentido, o método da etnografia de arquivos, apresentado no presente artigo, emerge como uma forma de ampliar a discussão sobre as estratégias de pesquisa específicas para lidar com os arquivos históricos no contexto dos estudos organizacionais (Decker, 2014).

No Brasil, no campo da administração, o número de pesquisas baseadas em arquivos ainda é tímido. Coraiola (2012) foi um dos pioneiros em trazer à tona a questão dos materiais arquivados, discutindo sobre a existência e disponibilidade dos arquivos através da análise da situação dos arquivos empresariais brasileiros. O autor concluiu pontuando a necessidade do desenvolvimento de mecanismos que auxiliem na reunião e organização dos arquivos existentes a fim de ampliar o leque de possibilidades para a reflexão do tempo, explorando as complexidades dos acontecimentos.

Contudo, é possível encontrar estudos com foco em reflexões metodológicas de pesquisas históricas, entre estas, as discussões sobre os documentos históricos (Carneiro & Barros, 2017) e arquivos (Barros; 2016; Barros, et al., 2019; Wanderley & Costa, 2016) são objetos de análise em face do esforço para sinalizar as contribuições, possibilidades e dificuldades de operacionalização da pesquisa histórica. Nesses contextos, é transversal a ideia de que a pesquisa histórica pode em muito avançar ao questionar o material arquivado, assim como as instituições que os abrigam, através de metodologias adequadas ao processo de construção do conhecimento e reflexão sobre o tempo (Barros, 2016). Na tentativa de estabelecer um caminho possível levando em conta as potencialidades e desafios expostos, apresentamos a ideia de etnografia de arquivos enquanto uma metodologia que pode contribuir para a operacionalização das investigações dos arquivos históricos no contexto dos Estudos Organizacionais (Decker, 2013).

A etnografia de arquivos históricos consiste em uma imersão em um campo constituído por material arquivado a fim de compreender as presenças e ausências, bem como desvelar sujeitos, atores, percursos e desvios paradoxais, reconstruindo as múltiplas camadas de significados de um determinado contexto histórico (Decker, 2013; Stoler, 2002, 2010). Enquanto abordagem metodológica, a etnografia de arquivos se aproxima da noção de etnografia multissituada, que se trata de um fazer metodológico capaz de cruzar múltiplos lugares e tempos simultâneos em que ocorrem os fenômenos e, assim, desfaz a distinção entre sujeito e mundo (Czarniawska, 2004, 2014; Decker, 2014; Hamilakis, 2011; Marcus, 1995, 1998, 2011).

Diante do leque relativamente amplo de abordagens etnográficas que podem ser empreendidas nas pesquisas em administração e Estudos Organizacionais, a etnografia multissituada possibilita o estudo de campos etnográficos fragmentados tanto no tempo como no espaço, o que nos permite constituir uma rede de interrelações formada por múltiplos fragmentos espaciais e temporais, acessados em diferentes níveis e formas (Marcus, 1995). Essa dinâmica dilata as possibilidades de pesquisa até então estabelecidas pela abordagem clássica da etnografia, em que existe um campo etnográfico espacial e temporalmente delimitado, acessado mediante a presença física do pesquisador (Geertz, 2011; Malinowski, 1976).

Nesse aspecto, a abordagem da etnografia de arquivos históricos amplia a noção multissituada, ao permitir o aprofundamento em um campo temporalmente fragmentado por meio da análise de arquivos históricos. Assim, a noção de campo etnográfico é ampliada, nos levando a um outro olhar a respeito da constituição desse campo, das técnicas de produção de dados próprias da abordagem, bem como os processos de interlocução com os atores envolvidos, a produção da narrativa etnográfica e o exercício da sensibilidade do pesquisador (Tabela 1) (Decker, 2014; Frehse, 2005; Rowlinson et al., 2014).

Tabela 1

**Aproximações entre etnografia clássica, multissituada e de arquivos**

<b>Dimensões / Procedimentos</b>	<b>Etnografia Clássica</b>	<b>Etnografia multissituada</b>	<b>Etnografia de Arquivos</b>
<b>Constituição do campo etnográfico</b>	Imersão presencial, por meio da participação do pesquisador no campo.	Imersão presencial ou virtual, por meio da participação do pesquisador em campos distribuídos, tanto no tempo como no espaço.	Imersão do pesquisador em um campo constituído por material arquivado; campo imaginado.
<b>Técnicas de produção de dados na etnografia</b>	Observação participante; entrevistas; notas de campo e reflexividade do pesquisador, entre outros.	Observação direta; entrevistas; notas de campo e reflexividade do pesquisador, entre outros.	Observação direta; constituição dos arquivos como notas de campo; reflexividade do pesquisador, entre outros.
<b>Sujeitos/atores/ Práticas</b>	Interlocução com os sujeitos/atores/ práticas <i>in loco</i> , por meio do posicionamento “estranhamento familiar”.	Interlocução com sujeitos (atores, práticas, artefatos) distribuídos no tempo e no espaço.	Interlocução com sujeitos/atores/ práticas constituídas por meio dos arquivos; atores envolvidos na constituição e preservação dos acervos.
<b>Descrições e narrativas</b>	Construção densa por meio das participações, imersões, discursos e relatos dos sujeitos/atores.	Problematização do nativo, ampliação as fronteiras das diferenças nas construções narrativas.	Contextualização histórica densa. Problematização por meio dos registros históricos e mnemônicos, vozes, silêncios e desvios, reconstruindo as múltiplas camadas de significados de um determinado contexto histórico.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na etnografia de arquivos, o campo etnográfico é constituído pelos arquivos históricos e suas fontes, que são acessados por processos de observação direta dos arquivos, sendo estes capazes de nos contar e ou nos fazer imaginar como era estar lá (Anderson, 1991). Nesse aspecto é possível falarmos em um campo imaginado, não proveniente do senso comum ou de uma opinião particular, mas resultantes de um processo de imersão, através da observação direta dos arquivos e suas fontes.

Esse entendimento distancia a etnografia de arquivos da abordagem clássica da etnografia, onde pressupomos a existência de um campo único, espacial e temporalmente delimitado, onde ocorre contato presencial direto do pesquisador com os atores organizacionais, em um movimento de imersão e distanciamento, na tentativa de constituir um estranho familiar, olhando de perto e de dentro (Frehse, 2005; Geertz, 2011; Magnani, 2002).

Por outro lado, a perspectiva do campo estreita laços com a abordagem multissituada, em que o campo etnográfico é fragmentado no tempo e no espaço. Essa pulverização é importante para abarcar as mudanças organizacionais evidenciadas a partir do contexto da sociedade (Marcus, 1995, 1998, 2011). Esse campo fragmentado é acessado pelos pesquisadores através de observações sistemáticas dos atores e não dos contextos estudados. Assim, é possível transitar entre diversos

espaços e tempos, considerando a multiplicidade de atores envolvidos. Isso amplia as possibilidades de pesquisa, já que nos permite 'estar' em mais contextos do que em uma abordagem clássica. Nesse mote, espera-se a atuação de uma contextualização densa que abrace uma rede de fenômenos e práticas emersas.

Nesse contexto, os arquivos constituem inscrições que carregam em si significados daquilo que já existiu e possibilitam, por meio da imersão e do diálogo do pesquisador com esse material, tecer narrativas e desvelar significados, vozes, silêncios e desvios que, até então, passaram despercebidos. Aqui o pesquisador utiliza técnicas de produção de dados como os diários de campo, que viabilizam os achados a partir da imersão e da observação direta dos documentos arquivísticos e suas fontes, bem como a confecção de um acervo próprio, inevitavelmente carregado com a visão daquele que investiga.

Para tanto, é premente a necessidade de não apenas refletir criticamente sobre a elaboração de um texto a partir de documentos, mas pensar sobre "a forma como escolhemos usá-los, em arquivos não como lugares de recuperação de conhecimento, mas de produção de conhecimento, como monumentos de estados e lugares de etnografia [...]" (Stoler, 2002, p. 90). Nesse sentido, a etnografia de arquivos se aproxima tanto da abordagem clássica, como da multissituada, que, independentemente da constituição do campo, utilizam técnicas de produção de dados semelhantes, com a finalidade de constituir uma narrativa etnográfica densa.

Considerando que o campo é o documento arquivístico, o processo de interlocução esperado com aqueles que a etnografia clássica denominava de nativos, atores participantes de determinado contexto, pode ser pensando nos moldes do perspectivismo (Castro, 2015), onde o contexto se posiciona como um interlocutor da realidade social. Assim, não há um nativo a ser descrito, mas sim um processo de construção desses atores e o que eles podem nos contar em termos de significações e perspectivas.

Na etnografia de arquivos, a interlocução com os atores se dá de forma indireta ao acessar o conjunto arquivístico e, nesse sentido, os sujeitos da pesquisa são construídos na medida em que vamos nos aprofundando no diálogo com os documentos. Não por meio apenas de uma participação física, mas através dos processos de imersão, observação e da postura da imaginação etnográfica (Anderson, 1991; Clifford, 2014; Geertz, 2011;). Com isso, a etnografia de arquivos exhibe uma característica própria, ainda que ancorada na abordagem multissituada. Ao mesmo tempo, distancia-se da perspectiva clássica, onde é preconizada a interação presencial e contínua entre pesquisador e atores sociais.

No tocante às técnicas de produção de dados que podem ser utilizadas na etnografia de arquivos, a observação direta dos arquivos juntamente com a constituição de um acervo próprio configura-se como procedimento coerente dentro da abordagem. Aqui, exclui-se a observação participante empregada na abordagem clássica e as entrevistas, frequentemente utilizadas também na perspectiva multissituada. Nesse sentido, a etnografia de arquivos, embora utilize técnicas de produção de dados familiares como a observação, também segue um parâmetro próprio de composição do corpus analítico, coerentes com seu caráter temporalmente multissituado.

O produto final de uma investigação a partir da abordagem da etnografia de arquivos é uma contextualização histórica densa, que reflete as vozes, silêncios e percursos históricos problematizados por meio dos arquivos. Nessa contextualização, o pesquisador deve buscar se

aprofundar nas camadas de significados inerentes a fenômenos e práticas relacionadas a um determinado contexto histórico.

Particularmente no trabalho de Decker (2014), a etnografia de arquivos foi influenciada pela teoria pós-colonial, reforçando a importância de explicar a presença, a ausência e os desvios de evidências que são identificadas em um arquivo. Assim, etnografar arquivos não significa o mesmo que visitar uma coleção em uma biblioteca. Há que se considerar a pluralidade de fontes (públicas ou privadas) e de materiais existente, alguns cujas cópias não estão digitalizadas e só podem ser consultadas visitando o arquivo *in loco*. Nesse sentido, há que ter um cuidado com relação ao tipo de arquivo a ser pesquisado e em que medida o material e as fontes possibilitam tirar conclusões sobre a vida organizacional (Decker, 2013, 2014; Stoler, 2010).

A fim de cobrir essas possibilidades, alguns pontos devem ser observados ao nos engajarmos em uma etnografia de arquivos. Primeiramente, é importante conhecer como a coleção de documentos está estruturada a fim de compreender onde o material relevante para a pesquisa pode ser encontrado (Decker, 2014). Geralmente, as organizações dão pouca importância para a constituição de um acervo histórico capaz de remontar seu passado, seja por considerar a história irrelevante ou por falta de recursos financeiros para o estabelecimento dessas coleções (Coraiola, 2012). As que ainda o fazem, deixam transparecer por meio de seus arquivos eventuais relações de poder existentes, ou mesmo privilegiam, de forma subjacente, algumas vozes em detrimento de outras (McKinlay, 2013). Ou seja, inevitavelmente ocorre algum tipo de enviesamento nesses documentos armazenados.

Dessa forma, se faz necessário refletir sobre o que dá forma àquela coleção de arquivos em termos de práticas que (possivelmente) a legitimam e em que medida a estrutura da coleção e a localização das fontes nos ajudam a refletir sobre o arranjo e as intenções da organização (Decker, 2013; Stoler, 2010). Nesse ponto, os arquivos funcionam como uma metáfora, capaz de modelar o conhecimento, a memória e as tessituras de poder, devendo permanecer sempre abertos ao debate (Foucault, 2008; Schwartz & Cook, 2002). A escolha e avaliação de um arquivo (tanto instituição como documento ou monumento) não é apenas uma escolha técnica e logística, mas está intimamente relacionada ao tipo de história que se deseja desvelar e escrever (Certeau, 2011; Schwartz & Cook, 2002).

Em segundo, se faz necessário ponderar sobre as possíveis explicações que um documento pode trazer sobre outro, dado que as referências em arquivos são, geralmente, extensas e complexas, lembrando as peças de um quebra-cabeça (Decker, 2014). Os arquivos se comportam como redes que refletem, além de estruturas de poder, modos de ação e legitimação que fazem sentido em um determinado contexto. Dessa forma, a compreensão do material arquivado muitas vezes se apresenta de forma entrelaçada, o que exige de nós pesquisadores um olhar acurado na compreensão do significado polifônico e contingencial de cada material.

Dessa forma, consideraremos a rede de materiais envolvida neste processo de imersão etnográfica nos arquivos, dado que os arquivos sinalizam temporalidades múltiplas (Cunha, 2005), representadas em eventos, práticas e estruturas sociais que foram reduzidas a narrativas em um contexto mais amplo que o de uma cronologia histórica por meio de critérios de classificação sobre o que deve ser ou não mantido. Depreender um acontecimento a partir dos arquivos implica em,

necessariamente, um processo de transformação que torna os arquivos um território onde algumas verdades podem ser buscadas e outras, contestadas, desviadas ou ainda silenciadas.

Por esse motivo, em termos operacionais dos processos de imersão e assim como acontece na etnografia clássica, esta estratégia metodológica também exige que o pesquisador tome nota sobre todo e qualquer material que talvez possa despertar interesse no futuro. Isso porque, pressupondo a existência de uma rede subjacente de informações interconectadas por meio dos arquivos, também há uma série de dificuldades inerentes ao levantamento do material arquivístico. Em face dessas possíveis contingências, a elaboração de um diário de campo evita a possibilidade de ter de refazer o trabalho de levantamento em busca de um fio perdido da meada, tornando o trabalho exaustivo e, em alguns casos, impossível dado o fator tempo e acessos, inerentes a qualquer trabalho de pesquisa de campo.

Ademais, a etnografia de arquivos também compartilha outras características com as abordagens clássica e multissituada, a saber: não é possível se certificar de ter observado ou tomado conhecimento de todo o processo (Decker; 2014). Os arquivos podem ser em grande número, terem acesso restrito, estarem estruturados de uma forma não organizada do ponto de vista de armazenamento ou mesmo, nos dias de hoje, serem constituídos por materiais não digitalizados, o que dificulta o trabalho de busca. Nesse sentido, é precipitado afirmar que observamos tudo o que era possível a respeito de uma determinada prática ou acontecimento arquivístico. Antes, é prudente reconhecermos as limitações de campo, assim como em qualquer outro trabalho de investigação científica.

Por outro lado, o que diferencia a etnografia de arquivos de uma pesquisa documental é, sobretudo, o processo de imersão nos arquivos, a semelhança das imersões das abordagens etnográficas conhecidas (Decker; 2014; Stoler 2002). O papel do nativo, aqui, será representado pelos materiais arquivados, que agora assumem posição de ator ativo da pesquisa, especialmente no processo de geração de conhecimento (Stoler, 2002). Só a partir dessa imersão obteremos uma melhor compreensão do contexto histórico e uma apreciação das alteridades do passado, entendendo que a realidade é constituída por tramas que são remontadas desde o pregresso. Realizar uma etnografia de arquivos é estar dispostos a mergulhar nos discursos e silêncios oferecidos por todo o material arquivístico avaliado.

A respeito do que deve ser selecionado, não há técnicas diretas para amostrar ou pesquisar o material relevante (Decker, 2014). Aquilo que vai ser considerado importante está, em um primeiro momento, estreitamente relacionado aos objetivos de pesquisa. Contudo, conforme já mencionado, a chance de nos depararmos com uma rede de materiais para explicar um dado acontecimento é considerável. Nesse sentido, é importante não considerar apenas textos como arquivo, mas qualquer material é válido enquanto arquivo (McKinlay, 2013). O campo de fotografias, vídeos, edificações, artefatos, monumentos, materiais sobre eventos, jornais antigos, entre outros, também devem ser considerados. Ao final, espera-se que o pesquisador tenha etnografado os arquivos históricos, qual seja, uma coleção de materiais relativos ao estudo e que servirão de base para a construção e reflexão dos relatos do campo, complementados com as observações do pesquisador (Decker, 2014).

Várias outras áreas já reconheceram o potencial da etnografia de arquivos históricos para a compreensão do presente. No terreno de outras ciências como antropologia, história e

comunicação, a etnografia de arquivos já é utilizada enquanto uma abordagem de pesquisa válida. Cunha (2004), na antropologia, propôs refletir sobre as lógicas que orientam as instituições no que diz respeito a constituição dos arquivos, os critérios de legitimidade, inclusão e transformação dos materiais. Nesse sentido, a autora concebe os arquivos como construções culturais fundamentais para a compreensão da realidade e capazes de reificar personagens históricos. Costa (2010), na ciência da comunicação, tratou sobre a etnografia de arquivos documentais como uma forma de estabelecer uma relação entre o estado e a sociedade. A autora acenou que a etnografia permite a construção de uma ponte entre o passado e o presente. Costa (2011) aplicou a etnografia de arquivos na análise do processo de censura de uma peça teatral em São Paulo, nos anos 50. No campo das ciências sociais, Vieira (2013) advogou pelo uso da etnografia para compreender a representação das cidades contidas nas histórias em quadrinhos. Para tanto, a autora transitou entre abordagens como a etnografia de arquivos e a etnografia em espaços virtuais, revelando o potencial dos quadrinhos enquanto objeto de pesquisa nas ciências sociais abordado por novas lentes metodológicas.

No contexto dos estudos organizacionais e como anteriormente citado no decorrer deste texto, exemplificamos mais alguns pontos metodológicos considerados de relevância do estudo de Decker (2014), intitulado *Solid intentions: an archival ethnography of corporate architecture and organizational remembering*, que utilizou a abordagem da etnografia de arquivos. A autora argumenta que a discussão sobre espaço nos estudos organizacionais não tem levado em consideração a memória coletiva e esta ainda é estudada de forma gerencialista. Por outro lado, a autora pressupôs, por exemplo, que a arquitetura, representada pelos edifícios corporativos é um componente importante para o estabelecimento da memória organizacional.

Assim, o principal objetivo da pesquisa foi discutir a memória organizacional pela lente da arquitetura ao analisar o processo de atribuição de significado aos edifícios corporativos e o papel destes e do espaço nas práticas de memória na vida organizacional. De forma paralela, Decker (2014) também apresentou a possibilidade do uso de fontes arquivísticas para a compreensão das maneiras pelas quais as organizações atribuem significados para seus edifícios para a investigação da mudança nas práticas organizacionais.

Nesse contexto, Decker (2014) menciona pela primeira vez, no âmbito dos Estudos Organizacionais, a possibilidade da etnografia de arquivos enquanto principal estratégia metodológica utilizada em sua investigação. Foram compiladas três coleções de arquivos de três multinacionais britânicas (*Unilever*, *Barclay Bank* e *Standard Chartered Bank*) no contexto de dois países do oeste africano (Gana e Nigéria) no período de descolonização e início da independência (1950-70), conotando o viés crítico e pós-colonialista da pesquisa.

Os procedimentos da pesquisa de Decker (2014) dá pistas sobre as vantagens e dificuldades da aplicação do método da etnografia de arquivos. Inicialmente, o procedimento da etnografia de arquivos foi justificado pelo fato de que as metodologias convencionais poderiam não dar conta de revelar a concepção da arquitetura, enquanto artefatos que fazem alusão tanto ao passado como ao futuro, podendo serem escrutinados de uma forma mais complexa se recorrermos às fontes arquivísticas e, conseqüentemente, seu contexto histórico. Assim, a etnografia de arquivos abre a possibilidade para a investigação de arquiteturas no seu contexto histórico, revelando as múltiplas camadas de significado que podem ser reconstruídas com base nos materiais arquivados.

Entre os principais aspectos sinalizados por Decker (2014) para a operacionalização da etnografia de arquivos em sua investigação estão o acesso às coleções de arquivo, a organização do arquivo, as eventuais casualidades existentes, bem como a extensão do arquivo. Em relação ao **acesso**, foram utilizadas para a pesquisa 3 coleções de arquivos, sendo 2 particulares (*Unilever* e *Barclays*) e 1 pública (*Standard Chartered Bank*, abrigado no *London Metropolitan Archives*). Uma vez negociado o acesso, algumas restrições foram estabelecidas pelas fontes e precisaram ser negociadas como o acesso ao copyright de materiais (autorização das organizações ou pessoas deles detentoras), o período temporal permitido para consulta (arquivos dos 30 anos mais recentes não poderiam ser pesquisados) e a chancela, por parte das instituições pesquisadas, das versões de artigos enviadas aos periódicos. Negociou-se que nada poderia ser publicado sem passar pelo crivo das organizações foco do estudo.

Quanto à **estrutura da coleção**, a pesquisa foi desafiadora porque cada conjunto de arquivos segue seus próprios critérios de organização, o que dificulta a identificação de onde o material relevante pode estar localizado, o que aumenta consideravelmente o esforço de pesquisa e muitas vezes lança o pesquisador à sorte do acaso, levando a uma identificação casual dos materiais relevantes. Assim, uma forma sugerida para lidar com essa casualidade foi a construção de notas de campo de todo e qualquer material que possa parecer relevante, embora essa também possa ser uma tarefa árdua em face da extensão do arquivo e do tempo para pesquisa.

Decker (2014) concluiu que o espaço nem sempre permanece estabilizado ao longo do tempo, mas frequentemente é (re)interpretado por práticas relativas à memória. Nesse contexto, a etnografia de arquivos revelou aspectos não apenas relacionados à história das organizações, mas também possibilitou discutir como as práticas de memória organizacional mudaram ao longo do tempo. Assim,

é precisamente a compreensão compartilhada de um edifício que lhe dá significado, que é comunicado através do espaço e do tempo por meio da memória coletiva e da história. Sem isso, não podemos entender o significado da arquitetura que nos rodeia. (Decker, 2014, p. 23, tradução nossa)

Aqui, a etnografia de arquivos traz seu potencial e sua contribuição ao possibilitar o entendimento dos deslocamentos das práticas organizacionais de forma crítica.

## **As contribuições e os caminhos possíveis da etnografia de arquivos em administração**

A contribuição da etnografia de arquivos para a pesquisa nos estudos organizacionais repousa na possibilidade de traçar o percurso histórico relacionado à determinado fenômeno ou prática organizacional. Além disso, delimitar uma trajetória histórica por meio do processo de imersão nos arquivos históricos viabiliza o iluminar daqueles que foram dotados de vozes durante a prática de armazenamento dos documentos históricos. Ao mesmo tempo, nos permite (re)montar aos silêncios armazenados ao longo desse percurso histórico.

Ademais, a etnografia de arquivos favorece a interlocução com os atores organizacionais históricos, por meio da imersão na coleção arquivística. Nesse sentido, é possível lançar um outro olhar, crítico e reflexivo, considerando as diferenças evidenciadas por meio do processo de interlocução com os atores históricos destacados nos arquivos.

Essas tensões abrem caminhos para elucidar dinâmicas que permanecem até então obscuras em virtude de um desconhecimento do passado histórico. Assim, por meio da etnografia de arquivos podemos acessar as diversas camadas de significados históricos que foram temporalmente construídas por meio de práticas e discursos subjacentes.

Nesse sentido, a etnografia de arquivos fortalece e ratifica os arquivos enquanto uma fonte de construção de corpus válida na pesquisa histórica em administração. Por meio da etnografia de arquivos podemos diminuir as lacunas até então estabelecidas no uso dos arquivos, ampliando suas potencialidades para além de questões relativas ao acesso. A abordagem da etnografia de arquivos pode atender aos anseios de agendas de pesquisa em administração e nos estudos organizacionais que, de alguma forma, sejam perpassadas pelas questões históricas, articuladas a diferentes abordagens, como, por exemplo, do organizar das práticas e dos espaços. Ainda se mostra útil também em pesquisas cujas discussões evidenciem a questão da memória e seu papel na (re)constituição e (re)significação de processos organizacionais.

## **Considerações finais**

Nosso objetivo neste artigo foi discutir a etnografia de arquivos como uma possibilidade para as pesquisas históricas em administração, especialmente no campo dos estudos organizacionais. Para tanto, apresentamos brevemente uma discussão sobre a articulação de pesquisas históricas já publicadas em administração, salientando a necessidade e os desafios de se refletir sobre o tempo. Nesse sentido, evidenciamos as características e possibilidades de estudos a partir dos arquivos, embora estes ainda ocupem um menor espaço nas pesquisas. Por fim, apresentamos o potencial contributivo da etnografia de arquivos às pesquisas em administração, especialmente quando consideramos que os arquivos são agora um sujeito ativo, capaz de dar voz aos discursos e silêncios subjacentes ao que se guarda, ampliando, assim, as possibilidades de acesso ao passado, mas não apenas as histórias vigentes contadas sobre ele, como também aquilo que não foi dito ou efetivamente manifesto.

Dessa forma, as principais contribuições da etnografia de arquivo para os Estudos Organizacionais repousam sobre a capacidade de remontar percursos históricos relativos à fenômenos e práticas organizacionais e, com isso, acessar as vozes e silêncios que lhe são subjacentes. Por meio da interlocução com os atores históricos emersos do campo etnográfico dos arquivos podemos refletir criticamente sobre as camadas de significado que emergem do passado histórico. Assim, a etnografia de arquivos, enquanto abordagem metodológica, contribui para trazer à luz tensões historicamente construídas e que podem estar relacionadas à diversos fenômenos e práticas organizacionais hodiernos e/ou futuros.

Assim, a etnografia de arquivos é um dos caminhos possíveis para agendas de pesquisa cuja natureza é essencialmente histórica e aponta para a necessidade de lidar com os documentos arquivísticos. Além disso, ressalta-se que a etnografia de arquivos apresenta possibilidades de associação com outras metodologias, o que pode superar limitações inerentes a outras técnicas de

pesquisa, como, por exemplo, a análise documental. A etnografia de arquivos também abre portas para a articulação de metodologias não usuais de modo auxiliar nos estudos históricos como, por exemplo, a compreensão empática (Strati, 2007).

Tais contribuições e possibilidades podem enriquecer a pesquisa histórica no âmbito da administração e dos estudos organizacionais e, possivelmente, em outras áreas do campo. Contudo, é necessário aprofundar o debate sobre essas interrelações possíveis de articulações com outros métodos, assim como as limitações que a etnografia de arquivo pode superar em outros campos da administração, além dos estudos organizacionais. Por fim, estamos cientes que este manuscrito não abarcou todas as dimensões possíveis para o debate da etnografia de arquivos. Dessa forma, esperamos, a partir desse artigo, fomentar outras discussões a respeito de abordagens metodológicas para o uso dos arquivos nas pesquisas em administração, articulando com outros debates e temáticas pertinentes à área.

## Referências

- Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2014). Uma escola norte-americana no Ultramar? Uma historiografia da Eaesp. *Revista de Administração de Empresas*, 54(2), 154-169. doi:10.1590/S0034-759020140204
- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities*. London: Verso.
- Barros, A. (2014). Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da Face/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(1), 7-25. doi:10.1590/S1679-39512014000100003
- Barros, A. (2016). Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. *Organizações & Sociedade*, 23(79), 609-623. doi:10.1590/1984-9230795
- Barros, A. (2017). Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de comércio e o curso superior de Administração e Finanças. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 88-100. doi:10.1590/1679-395146748
- Barros, A., Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2018). A criação do curso superior em Administração na UFRGS em 1963: uma análise história. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 58(1), 3-15. doi:10.1590/s0034-759020180102
- Barros, A., & Carrieri, A. (2015). O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 2(55), 1515-161. doi:10.1590/S0034-759020150205
- Barros, A., Carneiro, A., & Wanderley, S. (2019). Organizational archives and historical narratives: practicing reflexivity in (re)constructing the past from memories and silences. *Qualitative research in Organizations and Management*, 14(3), 280-294. doi:10.1108/QROM-01-2018-1604
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30. doi:10.1177/1744935906060627
- Burrell, G. (1997). *Pandemonium: Towards a retro-organization theory*. London: Burrell.

- Carneiro, A., & Barros, A. (2017). Uso de documentos para narrar a história de organizações: reflexões e experiências. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(30), 14-23. doi:10.11606/rco.v11i30.134408
- Carter, R. G. S. (2006). Of things said and unsaid: power, archival silences, and power in silence. *Archivaria*, 61, 215-233. Recuperado de <https://bit.ly/3pmQRCl>
- Castro, E. V. (2015). *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Certeau, M. (2011). *A escrita da história*. Rio de Janeiro, RJ: Forense.
- Clark, P., & Rowlinson, M. (2004). The treatment of history in organization studies: towards an historic turn? *Business History*, 46(3), 331-352. doi:10.1080/0007679042000219175
- Clegg, S. (2006). The bounds of rationality: power/history/imagination. *Critical Perspectives on Accounting*, 17(7), 847-863. doi:10.1016/j.cpa.2005.08.005
- Clifford, J. (2014). Sobre a autoridade etnográfica. In J. R. S. Gonçalves (Org.), *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX* (pp. 17-57). Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ.
- Closs, L. Q., & Rocha-de-Oliveira, S. (2015). História de vida e trajetórias profissionais: estudo com executivos brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(4), 525-543. doi:10.1590/1982-7849rac20151951
- Cook, T. (2012). A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. *R. Ci. Inf. e Doc*, 3(2), 3-27. doi:10.1007/BF02435636
- Coraiola, D. (2012). Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em administração no Brasil. *Cadernos Ebape.BR*, 10(2), 254-269. doi:10.1590/S1679-39512012000200002.
- Coraiola, D. (2013). *From memory keeping to memory managing: the evolution of organizational memory work in the Canadian banking sector* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- Costa, A. S. M. (2014). História e Administração: novas teorias e práticas de pesquisa. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 54(6), 718-718. doi:10.1590/S0034-759020140612
- Costa, A. S. M. (2015). Historic turn: em busca de um marco teórico crítico para estudos organizacionais. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 232-233. doi:10.1590/S0034-759020150213
- Costa, A. S. M., Barros, D., & Martins, P. (2010). Perspectiva histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299. doi:10.1590/S0034-75902010000300005
- Costa, A. S. M., Mancebo, R. C., & Pessôa, L. A. G. P. (2016). Museus corporativos estratégicos: uma análise do espaço de memória da cervejaria Bohemia. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(2), 100-117. doi:10.21446/scg\_ufrj.v11i2.13381

- Costa, A. S. M., & Silva, M. A. C. (2018). Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil militar brasileira: a perspectiva da comissão nacional da verdade. *Organizações & Sociedade*, 25(84), 15-29. doi:10.1590/1984-9240841
- Costa, A. S. M., Silva, M. A. C., & Monteiro, C. A. V. (2016). Empresas, ditadura civil militar brasileira e centros de memória e documentação corporativos: um estudo exploratório. *Logeion: Filosofia da Informação*, 2(1), 122-144. doi:10.21728/logeion.2016v2n1.p122-144
- Costa, A. S. M., & Pessôa, L. A. G. P. (2016). História e memória no discurso publicitário na revista *Veja*. *RPCA*, 10(1), 19-35. doi:10.12712/rpca.v10i1.451
- Costa, M. C. C. (2010). Etnografia de arquivos: entre o passado e o presente. *MATRIZES*, 3(2), 171-186. doi:10.11606/issn.1982-8160.v3i2p171-186
- Costa, M. C. C. (2011). A censura de O Poço: mediação entre a realidade e o simbólico. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 34(1), 149-167. doi:10.1590/S1809-58442011000100008
- Cunha, O. M. G. (2004). Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, 2(10), 287-322. doi:10.1590/S0104-93132004000200003
- Cunha, O. M. G. (2005). Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, 36, 7-32. Recuperado de <https://bit.ly/2MkdeK0>
- Czarniawska, B. (2004). On time, space and action nets. *Organization*, 11(6), 773-791. doi:10.1177/1350508404047251
- Czarniawska, B. (2014). Why I think shadowing is the best field technique in management and organizations studies? *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 9(1), 90-93. doi:10.1108/QROM-02-2014-1198
- Decker, S. (2013). The silence of the archives: business history, post-colonialism and archival ethnography. *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173. doi:10.1080/17449359.2012.761491
- Decker, S. (2014). Solid intentions: an archival ethnography of corporate architecture and organizational remembering. *Organization*, 21(4), 514-542. doi:10.1177/1350508414527252
- Down, S. (2001). The use of history in business and management, and some implications for management learning. *Management Learning*, 32(3), 393-415. doi:10.1177/1350507601323006
- Featherstone, M. (2006). Archive. *Theory, Culture & Society*, 23(2-3), 591-596. doi:10.1177/0263276406023002106
- Fernandes, F., Bezerra, M., & Ipiranga, A. (2015, novembro). *Da Escola de Administração do Ceará (EAC) para o Cesa/Uece: uma trama histórica*. Artigo apresentado nos Seminários em Administração, São Paulo, SP.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

- Frehse, F. (2005). Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos Históricos*, (36), 131-156. Recuperado de <https://bit.ly/3cbcaCK>
- Geertz, C. (2011). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Hamilakis, Y. (2011). Archeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archeology and anthropology. *Annu. Rev. Anthropol.*, 40, 399-414. doi:10.1146/annurev-anthro-081309-145732
- Ipiranga, A. S. R., Chaym, C. D., & Sousa, F. G. P. (2016a). *ANTI-História: Relatos sobre o organizar de redes de translações*. Artigo apresentado no Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, Belo Horizonte, MG.
- Ipiranga, A. S. R., Chaym, C. D., & Sousa, F. G. P. (2016b). Relatos sobre o organizar do sócio passado em uma patente brasileira de biotecnologia. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 15(2), 133-147. doi:10.21529/RECADM.2016010
- Kieser, A. (1994). Why organization theory needs historical analyses – and how this should be performed. *Organization Science*, 5(4), 608-620. doi:10.1287/orsc.5.4.608
- Lopes, L. L. S., & Ipiranga, A. S. R. (2017). *The iron market's organizing: a proposal of a historical ethnography in archives*. Artigo apresentado no 12o Annual International Ethnography Symposium, Manchester.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29. doi:10.1590/S0102-69092002000200002
- Malinowski, B. (1976). *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annu. Rev. Anthropol.*, 24, 95-117. doi:10.1146/annurev.an.24.100195.000523
- Marcus, G. E. (1998). The once and future ethnographic archive. *History of Human Science*, 11(4), 49-63. doi:10.1177/095269519801100404
- Marcus, G. E. (2011). Multi-sited ethnography: five or six things I know about it now. In S. Coleman & P. V. Hellermann (Eds.), *Multi-sited ethnography: problems and possibilities in the translocation of research methods* (pp. 16-32). Abingdon: Routledge.
- McKinlay, A. (2002). 'Dead selves': the birth of the modern career. *Organization*, 9(4), 595-614. doi:10.1177/135050840294005
- McKinlay, A. (2013). Following Foucault into the archives: clerks, careers and cartoons. *Management & Organizational History*, 8(2), 137-154. doi:10.1080/17449359.2012.761498
- Mills, A. J., & Mills, J. (2011). Digging archaeology: postpositivist theory and archival research in case study development. In R. Piekkari, C. Welch (Eds.), *Rethinking the case study in international business and management research* (pp. 342-60). London: Edward Elgar.

- Mills, A. J., Suddaby, M. R., Foster, W. M., & Durepos, G. (2016). Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history – an introduction. *Management & Organizational History*, 11(2), 67-76. doi:10.1080/17449359.2016.1164927
- Mills, A. J., Weatherbee, T. G., & Durepos, G. (2013). Reassembling Weber to reveal the past-as-history in management and organization studies. *Organization*, 21(2), 225-243. doi:10.1177/1350508413475495
- Perdigão, D. A., Barros, A., Carrieri, A. P., & Miranda, S. R. (2015). Deposited remembrance: the construction of an organizational memory at the extinct banco da lavoura (Banlavoura) de Minas Gerais. *RAM – Rev. Adm. Mackenzie*, 16(2), 92-126. doi:10.1590/1678-69712015/administracao.v16n2p92-126
- Rowlinson, M. (2013). Management & organizational history: the continuing historic turn. *Management & Organizational History*, 8(4), 327-328. doi:10.1080/17449359.2013.853509
- Rowlinson, M., Hassard, J., & Decker, S. (2014). Research strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organizational theory. *Academy of Management Review*, 39(3), 250-274. doi:10.5465/amr.2012.0203
- Sá, R. G. Q., & Costa, A. S. M. (2018). ANTi-History e a pesquisa em administração: reflexões iniciais. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, 6, 46-58. doi:10.32888/cge.v6i1.12726
- Schwartz, J. M., & Cook, T. (2002). Archives, records and power: the making of modern memory. *Archival Science*, 2, 1-19. doi:10.1007/BF02435628
- Schwarzkopf, S. (2012). The market order as metaphysical loot: theology and the contested legitimacy or consumer capitalism. *Organization*, 19(3), 281-297. doi:10.1177/1350508412437618
- Srinivas, N., & Faria, A. (2017). Brushing management history against the grain. *Academy of Management Proceedings*, 2015(1). doi: 10.5465/ambpp.2015.17422abstract
- Souza, E. M., & Costa, A. M. (2013). Usos e significados do conhecimento histórico em estudos organizacionais: uma (re)leitura do taylorismo sob a perspectiva do poder disciplinar. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(1), 1-15. doi:10.1590/S1679-39512013000100002
- Spieker, S. (2008). *The big archive*. Cambridge: MIT Press.
- Strati, A. (2007). *Organização e estética*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Stoler, A. L. (2002). Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, 2, 87-109. doi:10.1007/BF02435632
- Stoler, A. L. (2010). *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common-sense*. Princeton: Princeton University Press.
- Trindade, T. A., & Costa, A. M. (2017). Reflexões sobre a produção de espaços de memória em contextos de justiça de transição: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 4(2), 407-436. doi:10.21583/2447-4851.rbeo.2017.v4n2.105

- Üsdiken, B., & Kieser, A. (2004). Introduction: history in organization studies. *Business History*, 46(3), 321-330. doi:0.1080/0007679042000219166
- Vieira, M. C. (2013). Notas metodológicas: por uma etnografia urbana dos quadrinhos. *Revista Espaço Acadêmico*, 12(142), 20-26. Recuperado de <https://bit.ly/398Bfwz>
- Vizeu, F. (2007, abril/maio/junho). *Em algum lugar do passado: contribuições da pesquisa histórica aos estudos organizacionais brasileiros*. Artigo apresentado no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro, RJ.
- Vizeu, F. (2010a). Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 50, 36-46. doi:10.1590/S0034-75902010000100004
- Vizeu, F. (2010b). (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do management. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(5), 780-797. doi:10.1590/S1415-65552010000500002
- Wanderley, S. E. P. V., & Costa, A. S. M. (2016). Fontes históricas: arquivos e documentos na construção da historiografia do golpe empresarial-militar de 1964: entrevista com Martina Spohr Gonçalves. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 1102-1140. doi:10.25113/farol.v3i8.3938
- Wanderley, S., Barros, A., Costa, A. S. M., & Carrieri, A. P. (2016). Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção presente. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais*, 3(8), 832-851. doi:10.25113/farol.v3i8.3937
- Weatherbee, T., Durepos, G., Mills, A., & Mills, J. H. (2012). Theorizing the past: critical engagements. *Management & Organizational History*, 7(3), 193-202. doi:10.1177/1744935912444358
- Zald, M. N. (1993). Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: toward a reconceptualization of the foundations of the field. *Organization Science*, 4(4), 513-528. doi:10.1287/orsc.4.4.513
- Zald, M. N. (1996). More fragmentation: unfinished business in linking the social sciences and the humanities. *Administrative Science Quarterly*, 41(2), 251-261. doi:10.2307/2393717.
- Zald, M. N. (2002). Spinning disciplines: critical management studies in the context of the transformation of management education. *Organization*, 9(3), 365-385. doi:10.1177/135050840293002.

## Financiamento

As autoras agradecem o apoio financeiro do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

## Agradecimentos

As autoras agradecem ao Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

## **Autoria**

### **Luma Louise Sousa Lopes**

Doutora em administração pela Universidade Estadual do Ceará. Professora no curso de graduação em administração da Universidade Estadual do Ceará.

E-mail: lumalouise@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2961-4041>

### **Ana Silvia Rocha Ipiranga**

Doutora em psicologia do trabalho e da organização pela Università Alma Mater Studiorum di Bologna, com pós-doutorado em administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Professora associada do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará.

E-mail: silvia.ipiranga@uece.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8095-6800>

## **Conflito de interesses**

As autoras informam que não há conflito de interesses.

## **Contribuição dos autores**

**Primeira autora:** concepção (igual), curadoria de dados (igual), análise formal (igual), aquisição de financiamento (igual), investigação (igual), metodologia (igual), administração do projeto (igual), recursos (igual), supervisão (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (igual).

**Segunda autora:** concepção (igual), curadoria de dados (igual), análise formal (igual), aquisição de financiamento (igual), investigação (igual), metodologia (igual), administração do projeto (igual), recursos (igual), supervisão (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (igual).

## **Verificação de plágio**

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

## **Disponibilidade de dados**

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando

plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

*A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).*

